

**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.**

**Demonstrações financeiras em IFRS em  
31 de dezembro de 2015 e  
relatório dos auditores independentes**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518  
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500  
Fax 55 (11) 3940-1501  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS**

À  
Administração do  
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

São Paulo, 08 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3



**Balanco Patrimonial**

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa e reserva em Banco Central	5	71.619	502.956	Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		6.130.802	2.441.550
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		266.526	59.506	Instrumentos financeiros derivativos	7	2.914.298	595.600
Títulos e valores mobiliários	6	74.046	2.570	Obrigações por empréstimos no exterior	16	3.216.504	1.845.950
Instrumentos financeiros derivativos	7	192.480	56.936	Passivos financeiros ao custo amortizado	17	3.700.830	3.478.172
Ativos financeiros disponíveis para venda		3.560.824	2.057.367	Depósitos de clientes		2.284.869	1.460.288
Títulos e valores mobiliários	9	3.560.824	2.057.367	Depósitos de instituições financeiras	9		209
Empréstimos e recebíveis		6.949.395	4.584.622	Captações no mercado aberto		31.015	238.530
Aplicações em operações compromissadas		5.074.107	2.863.167	Obrigações por empréstimos e repasses		1.384.937	1.779.145
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.023	40.486	Provisão para passivos contingentes e fiscais	19	139.483	122.590
Aplicações em moedas estrangeiras		233.055	20.399	Tributos a recolher	20	151.831	50.419
Operações de crédito	10	1.663.822	1.680.748	Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	-	11.761
Provisão para redução ao valor recuperável	11	(24.612)	(20.178)	Outros passivos	20	258.612	282.645
Ativo imobilizado	14	31.258	34.694	Total do passivo		10.381.558	6.387.137
Ativos intangíveis	15	31.289	24.024	Patrimônio líquido	22	1.314.002	1.204.347
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	32.589	-	Capital social		853.071	853.071
Outros ativos	13	752.060	328.315	Ações em tesouraria		(4.054)	(4.041)
				Reservas de capital		5.103	5.103
				Reservas de lucros		462.225	353.772
				Ajustes de avaliação patrimonial		(2.343)	(3.558)
Total do ativo		11.695.560	7.591.484	Total do passivo e patrimônio líquido		11.695.560	7.591.484

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

**Demonstração do Resultado**

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de juros e similares	23	1.058.774	478.524
Despesas de juros e similares	24	(296.464)	(411.584)
<b>Receita líquida de juros</b>		<b><u>762.310</u></b>	<b><u>66.940</u></b>
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	25	620.158	153.342
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	26	(959.152)	19.858
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	27	26.507	36.551
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito		(4.434)	(14.796)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(50.472)	(15.353)
Despesas de pessoal	29	(118.473)	(102.527)
Depreciação e amortização	30	(10.688)	(9.153)
Outras despesas administrativas	31	(59.206)	(51.133)
<b>Lucro bruto antes dos impostos</b>		<b><u>206.550</u></b>	<b><u>83.729</u></b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	(137.399)	(45.368)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	46.012	5.557
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>115.163</u></b>	<b><u>43.918</u></b>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)		4.331.521	4.331.569
<b>Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas do Banco (expresso em Reais por lote de mil ações)</b>		<b>26,59</b>	<b>10,14</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

**Demonstração do resultado abrangente**

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>115.163</b>	<b>43.918</b>
Resultado abrangente:			
Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido - bruto	34	136	(5.336)
Efeito dos impostos		<u>206</u>	<u>2.134</u>
		342	(3.202)
Variação nos ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda - bruto		1.588	(387)
Efeito dos impostos		<u>(715)</u>	<u>155</u>
		873	(232)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b><u>116.378</u></b>	<b><u>40.484</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>853.071</b>	<b>4.947</b>	<b>156</b>	<b>23.133</b>	<b>288.899</b>	<b>(124)</b>	-	<b>(3.906)</b>	<b>1.166.176</b>
Lucro líquido do exercício							43.918		43.918
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						(232)			(232)
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						(3.202)			(3.202)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						<b>(3.434)</b>			<b>(3.434)</b>
Aquisição de ações de própria emissão								(135)	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					17				17
Destinação do lucro:									-
Reserva legal				1.936			(1.936)		-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>853.071</b>	<b>4.947</b>	<b>156</b>	<b>25.069</b>	<b>328.703</b>	<b>(3.558)</b>	-	<b>(4.041)</b>	<b>1.204.347</b>
Lucro líquido do exercício							115.163		115.163
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						873			873
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						342			342
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						<b>1.215</b>	<b>115.163</b>		<b>(116.378)</b>
Aquisição de ações de própria emissão								(13)	(13)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					2				2
Destinação do lucro:									-
Reserva legal				5.921			(5.921)		-
Reserva estatutária					102.530		(102.530)		-
Dividendos propostos							(6.712)		(6.712)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>853.071</b>	<b>4.947</b>	<b>156</b>	<b>30.990</b>	<b>431.235</b>	<b>(2.343)</b>	-	<b>(4.054)</b>	<b>1.314.002</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



**Demonstrações dos fluxos de caixa**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)</b>	1.617.138	870.837
<b>Lucro líquido do exercício</b>	115.163	43.918
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>	32.015	36.538
Provisão para redução do valor recuperável de operações de crédito	4.434	14.797
Depreciação e amortização	10.688	9.153
Provisão para passivos contingentes e fiscais	16.893	12.588
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais:</b>	(2.506.990)	(1.364.457)
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(207.020)	3.804
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.501.869)	(916.918)
Reservas em Banco Central	17.765	(8.770)
Aplicações em operações compromissadas	(409.112)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.449	19.996
Operações de crédito	16.926	(379.058)
Outros ativos	(457.169)	(83.511)
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais:</b>	3.976.950	2.154.838
Instrumentos financeiros derivativos	2.318.698	327.009
Obrigações por empréstimos no exterior	1.370.554	1.091.745
Depósitos	824.381	(579.207)
Captações no mercado aberto	(207.515)	90.020
Obrigações por empréstimos e repasses ao custo amortizado	(394.209)	1.035.296
Tributos a recolher	101.412	17.797
Outros passivos	(36.371)	172.178
<b>Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)</b>	(14.517)	(12.713)
Alienação de imobilizado	237	17.389
Aquisição de imobilizado	(2.230)	(25.910)
Aquisição de intangível	(12.524)	(4.192)
<b>Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)</b>	(6.723)	(2.313)
Dividendos pagos	(6.712)	(2.195)
Aquisição de ações em tesouraria	(13)	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	2	17
<b>(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.595.898</b>	<b>855.811</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.316.721	2.460.910
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.912.619	3.316.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

### **1 Informações gerais**

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. ("Banco"), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve todas as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pelo The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("Matriz"), tendo como *holding* Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc. (controladora final do "Grupo"), ambas com sede no Japão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Comitê de Auditoria em 8 de Março de 2016.

### **2 Principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regras de IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

A descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BR GAAP"), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado, estão demonstradas na Nota 35.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota 3.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) arredondados para o milhar mais próximo indicado.

#### **2.2 Conversão em moeda estrangeira**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e

passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa são representados por operações compromissadas (posição bancada e financiada), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### **2.4 Ativos financeiros**

#### **Classificação e reconhecimento**

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis, e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os juros dos ativos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado como “Receitas de juros e similares”.

Os ativos financeiros são baixados quando não há mais expectativa de recebimento ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Banco tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

#### **(a) Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros" no período em que ocorrem.

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem as “Aplicações em operações compromissadas”, “Aplicações em depósitos interfinanceiros”, “Aplicações em moedas estrangeiras” e “Operações de crédito”.

São representados pelos recursos entregues para originar o empréstimo, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação menos as taxas recebidas. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos quaisquer reduções no valor recuperável. Os empréstimos são reconhecidos quando os recursos são liberados aos mutuários e baixados quando o direito de receber fluxos de caixa tenha expirado ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de sua titularidade

**(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**

São classificados como disponíveis para venda os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. Os ativos classificados nesta categoria são registrados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao valor justo com as alterações no valor justo apresentadas na demonstração do resultado abrangente.

**2.5 Passivos financeiros**

O Banco classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado e (b) ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

**(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado**

Os passivos financeiros ao valor justo são passivos financeiros mantidos para negociação. Passivos financeiros são classificados nessa categoria quando são incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

As despesas de juros provenientes destes instrumentos são incluídas na demonstração do resultado na conta "Despesas de juros e similares".

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo do instrumento são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

**(b) Passivos financeiros ao custo amortizado**

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme descrito no item 2.9 desta nota explicativa), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

**2.6 Instrumentos financeiros derivativos *hedge accounting***

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados pelos seus valores justos. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge accounting*).

Para a determinação do valor justo de derivativos, deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação.

Os derivativos são considerados ativos quando o valor justo for positivo, e passivos se este for negativo.

**(a) Derivativos para negociação**

Os derivativos que não se qualificam como *hedge accounting* são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

**(b) Derivativos para proteção (*hedge accounting*)**

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*.

O Banco adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como *hedge* de valor justo.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Banco aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxa de juros e variação cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido na demonstração do resultado como "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros", juntamente com a parcela inefetiva.

Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* é descontinuada, e o ajuste no valor contábil do item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas mensalmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 8.

**2.7 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos**

Um ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se houver o direito ou obrigatoriedade legal de compensar os montantes reconhecidos no balanço patrimonial e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

**2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

O Banco avalia no mínimo a cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

Dentre as principais evidências objetivas de deterioração de um ativo financeiro ou de uma carteira gerando redução do valor recuperável estão:

- Dificuldade financeira significativa do devedor;
- Desempenho de negócios inconstantes com possibilidade de inadimplência no repagamento de principal ou pagamento de juros;
- Quebra de contrato;
- Problemas referentes às condições do empréstimo, para os quais as taxas de juros foram reduzidas ou proteladas;
- Atraso;
- Probabilidade crescente de o devedor entrar em falência ou recuperação judicial;

- O desaparecimento de um mercado ativo para títulos e valores mobiliários (TVM) devido a dificuldades financeiras.

O Banco avalia se a evidência objetiva de redução no valor recuperável existe individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Caso seja identificada evidência objetiva de redução no valor recuperável nos ativos não significativos, estes também serão analisados individualmente.

Se o Banco determinar que não existe qualquer evidência objetiva de redução no valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, o ativo será incluído em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado em conjunto a fim de determinar eventual redução em seu valor recuperável.

Os ativos que são avaliados individualmente quanto à redução no valor recuperável, e para os quais uma perda seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação conjunta para determinar uma eventual redução em seu valor recuperável.

Para os empréstimos e adiantamentos e para os ativos mantidos até o vencimento, o valor da perda por redução no valor recuperável é mensurada como sendo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. O montante da perda é reconhecido através de uma provisão, sendo incluído na demonstração do resultado.

Após a redução no valor recuperável, a receita financeira é reconhecida através da taxa de juros efetiva original, que é usada para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de calcular a perda no valor recuperável.

**Análise Individual:**

O Banco realiza análise individual para clientes significativos.

O Banco possui como critério de identificar clientes individualmente significativos aqueles que possuem exposição de ativos acima de R\$50.000.000,00 na data-base apurada. Caso haja evidências de perda, esta é mensurada através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações.

**Análise Coletiva:**

O Banco realiza análise coletiva de acordo com as características similares de risco de crédito, que são indicativas da capacidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

O Banco considera os clientes classificados nos ratings considerados de alto risco, para cálculo da provisão coletiva por estes apresentarem um histórico de perda incorrida, e os correspondentes percentuais de provisão.

Quando irrecuperável, um empréstimo será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a conclusão de todos os procedimentos necessários e a determinação do montante da perda.

Se, em um período posterior, o montante da perda no valor recuperável diminuir e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será revertida através do ajuste na provisão. O montante da reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

## **2.9 Receitas e despesas de juros**

As receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros que é o método utilizado para calcular o custo



amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período apropriado. As taxas e os custos diretos relativos a concessão, refinanciamento ou reestruturação de empréstimos e compromissos de empréstimo são diferidos e amortizados contra juros recebidos em empréstimos e adiantamentos utilizando este método.

A receita líquida de juros apresentada na demonstração do resultado inclui:

- juros sobre ativos e passivos financeiros ao custo amortizado; e
- juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

## **2.10 Receita líquida de comissões e prestações de serviços**

As receitas e despesas de taxas e comissões de um ativo ou passivo financeiro, que são adicionais e diretamente relacionadas à transação, são incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva.

As receitas de taxas e comissões que não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação, ou participação na negociação de uma transação com terceiros, tais como compensação de títulos ou a compra ou venda de negócios, são reconhecidas de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

## **2.11 Ativo imobilizado**

Ativo imobilizado compreende, principalmente, edificações, terrenos, máquinas e equipamentos de uso, sistemas de processamento de dados, sistemas de transporte, sistemas de segurança e sistemas de comunicação. O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações - 25 anos.
- Máquinas e equipamentos de uso - 10 anos.
- Sistemas de processamento de dados - 5 anos.
- Sistemas de transporte - 5 anos.
- Sistemas de segurança - 10 anos.
- Sistemas de comunicação - 10 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável a cada data de balanço e sempre que os eventos indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

## **2.12 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeitos a amortização, esses ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

## **2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis**

Em cada data de publicação, o Banco avalia a existência de qualquer indicação de redução no valor recuperável de seus ativos intangíveis e ativo imobilizado. Estes ativos são submetidos a testes para determinar qualquer redução no valor recuperável anualmente, ou com mais frequência caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem perdas em seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

## **2.14 Provisões para contingências**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "Despesas de juros e similares".

## **2.15 Benefícios a empregados**

### **(a) Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de 12 meses, após o final do exercício em que os serviços foram prestados. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários, os quais são mensurados em bases não descontados e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

### **(b) Benefícios de aposentadoria**

Estes são segregados em planos de contribuição definida e de benefício definido.



Um plano de benefício definido é aquele em que o Banco deve fazer aportes adicionais em caso de não haver recursos suficientes para pagar os participantes. Neste tipo de plano, há um valor definido de benefício que o empregado receberá em sua aposentadoria. Assim sendo, devem ser incluídas variáveis atuariais para calcular o valor a ser contabilizado.

O Banco é patrocinador da Previda Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência, contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Banco faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Banco (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o funcionário.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previda.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em Agosto 2013. Atualmente, o banco disponibiliza o plano de contribuição definida aos seus funcionários.

#### **(c) Benefícios rescisórios**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Banco antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. É reconhecido nas demonstrações financeiras se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Banco disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios.

#### **(d) Participação nos lucros**

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (reconhecido como "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado). O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

### **2.16 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos ("impostos sobre a renda"). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os impostos sobre a renda são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto sobre a renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto sobre a renda diferido passivo for liquidado. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Banco nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual possam ser usadas diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais disponíveis para compensação com lucros de exercícios futuros são reconhecidos como um ativo quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usados esses prejuízos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

## **2.17 Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### **(b) Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados pelo custo. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

### **(c) Reservas**

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social, com base nos resultados apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto social.

### **(d) Lucro por ação**

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se o lucro líquido do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

Não existem diferenças entre lucro por ação e lucro diluído por ação.

### **(e) Dividendos a pagar**

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Caso o acionista não resgate o dividendos no prazo de três anos, o mesmo será revertido para o Patrimônio Líquido.

## **2.18 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015 e não foram adotadas antecipadamente pelo Banco:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituirá os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Banco está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018.

- IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IFRS 15 substituirá a IAS 18, a IAS11, bem como as interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 19). Efetiva para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banco.

## **3 Usos de premissas, estimativas e julgamentos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados pela administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

### **(a) Mensuração do valor recuperável**

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não mensurados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração, a política contábil do Banco para perdas pela redução ao valor recuperável está descrita na nota explicativa (2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros) e (2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis).

**(b) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo dos instrumentos financeiros da entidade é descrita em detalhes na Nota 18.

**(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

Maiores detalhes são divulgados na Nota 2.16.

**(d) Ativos e passivos contingentes**

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

**(e) Obrigações com benefícios de aposentadoria**

Os planos de benefício definido são mensurados por cálculos atuariais, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto, o índice de mortalidade e o retorno do investimento. O retorno sobre os ativos representa a média dos retornos esperados ponderados por classe de ativos. Os retornos sobre investimento em ações são baseados nos rendimentos de títulos do governo com um prêmio para refletir o retorno adicional esperado em investimentos em ações. Os índices de inflação selecionados têm por base a meta de inflação do Banco Central do Brasil.

As premissas relativas à mortalidade são baseadas nas tábuas adotadas como padrão pelo respectivo setor e adotadas em nível nacional. As taxas de desconto se baseiam em índices específicos de títulos corporativos que refletem a curva de rendimentos inerente a cada plano. A estimativa do índice de aumento salarial futuro está sujeita ao julgamento da administração. Todas as premissas são imparciais, compatíveis mutuamente e baseadas em expectativas de mercado, a política contábil que descreve esta estimativa esta descrita na nota explicativa 2.15.

## 4 Gestão de riscos financeiros

### 4.1 Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do país, decorrentes de alterações no desenvolvimento político, econômico ou social do país, bem como o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos; em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco em 31 de dezembro 2015 e de 2014, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	<b>Exposição máxima</b>	
	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial é a seguinte		
Títulos e valores mobiliários	3.634.870	2.059.937
Instrumentos financeiros derivativos	192.480	56.936
Aplicações em operações compromissadas	5.074.107	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	40.486
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	20.399
Operações de crédito	1.663.822	1.680.748
	<u>10.801.357</u>	<u>6.721.673</u>
Garantias prestadas- avais e fianças ( <i>off balance</i> )	710.217	373.170
<b>Total da exposição ao risco de crédito incluindo as garantias prestadas</b>	<b><u>11.511.574</u></b>	<b><u>7.094.843</u></b>

#### 4.1.1 Mensuração do risco de crédito

##### (a) Empréstimos e recebíveis

O Banco tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

Os clientes possuem classificação de risco (*rating*) e limites de crédito previamente aprovados, baseados em critérios de análise de crédito próprios da instituição, e também pela necessidade indicada pelo cliente, porém, levando sempre em consideração a capacidade de repagamento a partir da análise da situação econômico-financeira do cliente.

Neste âmbito são aplicadas as mais diversas técnicas de análise de crédito, sempre considerando a capacidade de geração de resultados, capacidade de geração de caixa através da análise do fluxo de caixa, grau de endividamento, setor de atividade econômica, garantias, natureza do crédito e qualidade de governança da administração.

A documentação é submetida à aprovação do Diretor do Risco de Crédito e Presidência.

Em razão do foco de negócio do Banco, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.

A área de Risco de Crédito é responsável por monitorar informações sobre setores e/ou contrapartes específicas com o intuito de identificar informações que possam antecipar potencial deterioração na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações. Tal acompanhamento é realizado através de diversas ferramentas e canais de informações disponibilizados pelo Banco, os quais o permite analisar diferentes aspectos e tendências dos setores ou indústrias.

O monitoramento abrange uma série de métricas financeiras da contraparte em relação à fluxo de caixa, faturamento, crescimento, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”), alavancagem, dentre outras.

## (b) Classificações internas

<u>Nível de risco</u>	<u>Definições</u>
Baixo risco	O pagamento da dívida é altamente certo e estável.
Médio risco	Não há problemas referentes à certeza de repagamento da dívida, mas existe possibilidade de que a credibilidade caia no longo prazo.
Alto risco	Tomadores que devem ser monitorados com cuidado devido ao desempenho de negócios e condições financeiras que apresentam risco com relação ao repagamento da dívida.

### 4.1.2 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão resumidos abaixo:

	<b>31 de dezembro de 2015</b>			
	<b>Não vencidos e sem evento de perda</b>	<b>Vencidos e sem evento de perda (*)</b>	<b>Com evento de perda</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	3.634.870	-	-	3.634.870
Instrumentos financeiros derivativos	192.480	-	-	192.480
Aplicações em operações compromissadas	5.074.107	-	-	5.074.107
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	-	-	3.023
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	-	-	233.055
Operações de crédito	1.642.345	1.481	19.996	1.663.822
	<u>10.779.880</u>	<u>1.481</u>	<u>19.996</u>	<u>10.801.357</u>



**31 de dezembro de 2014**

	<b>Não vencidos e sem evento de perda</b>	<b>Vencidos e sem evento de perda (*)</b>	<b>Com evento de perda</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	2.059.937	-	-	2.059.937
Instrumentos financeiros derivativos	56.936	-	-	56.936
Aplicações em operações compromissadas	2.863.167	-	-	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.486	-	-	40.486
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	-	-	20.399
Operações de crédito	1.680.748	-	-	1.680.748
	<u>6.721.673</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.721.673</u>

(\*) Todas as operações estão vencidas há menos de 90 dias, conforme demonstrado na Nota 10, sem evidência objetiva de impairment.

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco.

**31 de dezembro de 2015**

	<b>Baixo risco</b>	<b>Médio risco</b>	<b>Alto risco</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	3.634.870	-	-	3.634.870
Instrumentos financeiros derivativos	6.624	177.586	8.270	192.480
Aplicações em operações compromissadas	5.074.107	-	-	5.074.107
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.023	-	3.023
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	-	-	233.055
Operações de crédito	786.637	794.708	82.477	1.663.822
	<u>9.735.293</u>	<u>975.317</u>	<u>90.747</u>	<u>10.801.357</u>

**31 de dezembro de 2014**

	<b>Baixo risco</b>	<b>Médio risco</b>	<b>Alto risco</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	2.059.937	-	-	2.059.937
Instrumentos financeiros derivativos	14.540	38.626	3.770	56.936
Aplicações em operações compromissadas	2.503.168	359.999	-	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	40.486	-	40.486
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	-	-	20.399
Operações de crédito	547.476	1.072.381	60.891	1.680.748
	<u>5.145.520</u>	<u>1.511.492</u>	<u>64.661</u>	<u>6.721.673</u>

#### 4.2 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de perda decorrente da oscilação de preços de ativos e passivos resultantes das mudanças dos fatores de risco de mercado, como taxa de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e seus aditivos são aprovados pela Diretoria do Banco.

A Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado é revisada com periodicidade mínima anual, a fim de determinar sua compatibilidade com os objetivos do Banco e com as condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM (*Asset Liability Management Committee*) onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de mercado e

de liquidez. Nas reuniões do Comitê de ALM são apresentados os principais tópicos relacionados ao risco de mercado, tais como o Value at Risk (“valor em risco” ou “VaR”) total e por fator de risco, simulações de condições extremas dos fatores de risco de mercado (testes de estresse) além da avaliação da condição de liquidez do Banco, , estratégias de *hedge*, *trading* e investimento.

Integram o Comitê de ALM: a presidência, departamento de Planejamento, departamento Risk Management - Grupo Market Risk Control ("DRM - GMRC"), Tesouraria e o departamento de Pesquisa Econômica.

Os limites de risco são analisados de acordo com os seguintes critérios:

- . Appetite de risco do Banco
- . Atividades passadas, correntes e planejadas
- . Concentração de risco por atividade e mercado
- . Capital disponível
- . Resultados passados, metas e projetados
- . Liquidez de mercado
- . Capacidade operacional e de controle
- . Confiança, conhecimento e capacidade dos operadores
- . Exposição dentro dos limites operacionais estabelecidos pelas regras do Banco Central do Brasil (“Banco Central”).

#### 4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

O Banco utiliza os seguintes tipos básicos de limites de risco:

- . Limite de VaR - o valor em risco indica o valor máximo de perda de uma carteira a que o Banco está sujeito no curso de seus negócios, considerando determinado intervalo de confiança estatístico. A medida efetiva do valor em risco depende do período de tempo considerado. Assim, o VaR de um dia corresponde ao valor máximo de eventuais perdas para um determinado dia de negócios.

#### Value at Risk (VaR)

- . Fator de confiança - 97,7%
- . Horizonte de tempo - cinco dias

BRL		31 de dezembro de 2015				
		VaR por fator de risco				VaR
Book	FX risk	Reais	Dólares	Euros	Ienes	Total
Banking	12.902	93.670	13.385	91	95	94.649
Trading	130.722	18.036	302.422	17.324	332.159	247.643
Total	118.624	94.701	297.409	17.317	332.157	266.113

BRL		31 de dezembro de 2014				
		VaR por fator de risco				VaR
Book	FX risk	Reais	Dólares	Euros	Ienes	Total
Banking	130.179	42.272	11.213	1	155	116.069
Trading	70.860	19.354	352.242	124.254	222.496	217.059
Total	200.454	51.056	360.079	124.254	222.452	219.392



- Limites de sensibilidade - indicador que permite ao operador avaliar rapidamente a variação do valor de uma carteira, quando ocorrer variação de um basis point (0,01%) ao longo da curva de juros. Os valores mostrados a seguir, como resultados de estresse de mercado, são calculados utilizando as variações históricas dos fatores de risco (oscilações positivas e negativas) em reais:

<b>Carteira - Overall</b>	<b>Total</b>
Choques positivos	1.369.685
Choques negativos	(78.862)

Devido à mudança de metodologia, não temos dados comparativos em relação à 2014.

- Valores *notional* - limita concentrações excessivas em determinados ativos/vencimentos, de forma a não comprometer a liquidez dos portfólios.
- Limites de perdas (“*stop loss*”) - corresponde a tolerância máxima de perdas (líquidas), acumuladas ao longo de um semestre fiscal (japônês). Deve ser estabelecido também um *stop loss* diário, para cada carteira/operador.
- *Consultant Limit (60% loss cut limit)* - tem o objetivo alertar a Tesouraria, bem como definir estratégias de contenção.
- *Net short position* - limite que representa o valor líquido (compras x vendas) de exposição em moeda estrangeira, sempre o equivalente em dólares.

Os principais fatores de riscos monitorados são:

- Risco cambial
- Risco de taxa de juros prefixada
- Risco de cupom de índices de inflação
- Risco de cupom de moedas
- Risco de ações
- Risco de *commodities*
- Risco de volatilidade

O Banco Central estabelece exigência de capital sobre risco de mercado de acordo com as regras estabelecidas nas Circulares 3.361, 3.362; onde:

- PJur1: Parcela referente ao fator de risco de mercado de taxa de juros pré-fixadas denominadas em reais da carteira de negociação;
- PJur2: parcela referente ao fator de risco de mercado de cupom de moeda estrangeira da carteira de negociação.
- PJur3: parcela referente ao fator de risco de mercado referente às exposições à variação de taxa de cupons de índices de preços.

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Taxa de juros		
PJur1 - pré-fixado	1.083	895
PJur2 - cupom de moeda	174.639	104.052
PJur3 - cupom de índices de preços	-	222
Taxa de câmbio		
Exposição comprada a taxa de juros	13.483	19.462

#### **4.3 Risco de liquidez**

Por ser o risco de liquidez um risco inerente às suas atividades de negócios, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações e complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a este risco.

O risco de liquidez pode ser definido como:

- (i) o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de liquidez.

As atividades relacionadas gerenciamento de risco de liquidez envolvem:

- . avaliação diária do nível de liquidez do Banco;
- . projeção do fluxo de caixa e da evolução da liquidez;
- . avaliação mensal da liquidez do Banco em cenários de *stress* de liquidez;
- . avaliação do impacto do resultado dos testes de *stress* sobre o balanço do Banco, bem como as contramedidas necessárias em cada um dos cenários avaliados;
- . avaliação do grau de concentração das carteiras de empréstimos e depósitos;
- . acompanhamento dos *guidelines* de liquidez;
- . elaboração da Política de Gerenciamento de Liquidez;
- . elaboração do Plano de Contingência de Liquidez;
- . reporte mensal ao Banco Central do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL);
- . avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos.

Os indicadores e cenários de *stress* são revistos semestralmente.

Para a realização dos testes de *stress* de liquidez das posições do Banco são considerados três cenários:

- . Cenário 1 - crise de *funding* de liquidez da instituição (rebaixamento de *rating* de crédito em dois níveis);
- . Cenário 2 - crise de *funding* de liquidez de forma generalizada no mercado;
- . Cenário 3 - combinação dos Cenários 1 e 2.

#### 4.3.1 Processo de gestão do risco de liquidez

A Política Básica de Gestão do Risco de Liquidez segue os chamados Estágios de Exposição.

Estes estágios estão relacionados ao grau de dificuldade na obtenção de *funding*. Quando o estágio se eleva, as divisões relacionadas da Matriz devem cooperar tanto quanto possível para a redução do risco de liquidez de *funding* da Matriz e do Grupo.

São três os *status* dos estágios de liquidez que devem ser utilizados por todo o Grupo: (i) "normal", (ii) "preocupante" e (iii) "crise".

A alteração do estágio de liquidez é consequência do diagnóstico realizado pela Tesouraria ou DRM - GMRC, devido à condição corrente no mercado de *funding* ou por constatação pelo DRM - GMRC em relação à condição de liquidez do Banco.

O Banco utiliza-se também de um indicador de liquidez mínima. A liquidez mínima é um *guideline* parametrizado e reavaliado periodicamente pelo DRM - GMRC e é submetido à aprovação da Presidência. O *guideline* tem o seu acompanhamento diário efetuado através do relatório de controle de liquidez.

O plano de contingência do Banco pode ser acionado após análise de diversos fatores que em conjunto podem requerer medida preventiva e/ou corretiva tais como:

- . liquidez imediata abaixo da liquidez mínima;
- . estágio de liquidez global alterado pela Matriz;
- . custo de captação elevado substancialmente;
- . alteração de classificação de risco *rating*;
- . distúrbio no mercado local ou global;
- . dificuldade de captação;
- . projeção de baixa liquidez no futuro.

#### 4.3.2 Fluxos de caixa para instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Nos casos em que a contraparte de um passivo tem o direito de requerer o pagamento imediatamente, os saldos se apresentam com vencimento em "Até três meses".

	<b>31 de dezembro de 2015</b>					<b>Total</b>
	<b>Vencido- Até três meses</b>	<b>Três meses - um ano</b>	<b>Um - três anos</b>	<b>Três - cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>	
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	-	-	74.046	-	-	74.046
Ativos financeiros disponíveis para venda	172.653	1.351.092	2.037.079	-	-	3.560.824
Instrumentos financeiros derivativos	80.315	12.348	42.218	57.600	-	192.481
Aplicações em operações compromissadas	5.076.780	-	-	-	-	5.076.780
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.072	-	-	-	-	3.072

Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	-	-	-	-	233.055
Operações de crédito	991.805	694.700	84.188	9.571	1.235	1.781.499
Total de ativo (vencimentos contratuais)	<u>6.557.680</u>	<u>2.058.140</u>	<u>2.237.531</u>	<u>67.171</u>	<u>1.235</u>	<u>10.921.757</u>
Depósitos à vista	141.499	-	-	-	-	141.499
Depósitos a prazo	2.497.884	-	-	-	-	2.497.884
Letras financeiras	-	-	40.441	-	-	40.441
Captações no mercado aberto	31.032	-	-	-	-	31.032
Obrigações por empréstimos e repasses	1.174.375	1.925.592	1.497.332	9.437	1.206	4.607.942
Instrumentos financeiros derivativos	154.957	817.251	1.563.450	374.684	3.956	2.914.298
Total de passivo (vencimentos contratuais)	<u>3.999.747</u>	<u>2.742.843</u>	<u>3.101.223</u>	<u>384.121</u>	<u>5.162</u>	<u>10.233.096</u>

	<b>31 de dezembro de 2014</b>					<b>Total</b>
	<b>Vencido - Até três meses</b>	<b>Três meses - um ano</b>	<b>Um - três anos</b>	<b>Três - cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>	
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	-	-	2.570	-	-	2.570
Ativos financeiros disponíveis para venda	499.781	1.250.836	306.750	-	-	2.057.367
Instrumentos financeiros derivativos	5.479	30.297	8.427	12.324	409	56.936
Aplicações em operações compromissadas	2.866.903	-	-	-	-	2.866.903
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.526	29.522	3.072	-	-	43.120
Aplicações em moedas estrangeiras	12.730	7.678	-	-	-	20.408
Operações de crédito	684.070	871.856	215.527	10.754	2.031	1.784.238
Total de ativo (vencimentos contratuais)	<u>4.079.489</u>	<u>2.190.189</u>	<u>536.346</u>	<u>23.078</u>	<u>2.440</u>	<u>6.831.542</u>
Depósitos à vista	143.748	-	-	-	-	143.748
Depósitos a prazo	1.512.898	-	-	-	-	1.512.898
Captações no mercado aberto	238.634	-	-	-	-	238.634
Obrigações por empréstimos e repasses	999.548	1.789.388	856.292	10.544	2.022	3.657.794
Instrumentos financeiros derivativos	22.920	77.560	298.649	185.673	10.798	595.600
Total de passivo (vencimentos contratuais)	<u>2.917.748</u>	<u>1.866.948</u>	<u>1.154.941</u>	<u>196.217</u>	<u>12.820</u>	<u>6.148.674</u>

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários; empréstimos e adiantamentos. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e valores mobiliários e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

#### 4.3.3 Apresentação dos saldos de ativos e passivos circulantes e não circulantes

A tabela a seguir apresenta o montante esperado a ser recuperado ou liquidado em até doze meses ou mais do que doze meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial:

<b>Ativo</b>	<b>31 dez 2015</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>31 dez 2014</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Caixa e reserva em Banco Central	71.619	71.619	-	502.956	502.956	-
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	266.526	164.891	101.635	59.506	35.776	23.730
Títulos e valores mobiliários	74.046	74.046	-	2.570	-	2.570
Instrumentos financeiros derivativos	192.480	90.845	101.635	56.936	35.776	21.160
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.560.824	1.523.743	2.037.081	2.057.367	1.750.617	306.750
Títulos e valores mobiliários	3.560.824	1.523.743	2.037.081	2.057.367	1.750.617	306.750
Empréstimos e recebíveis	6.949.395	6.851.015	98.380	4.584.622	4.355.828	228.794
Aplicações em operações compromissadas	5.074.107	5.074.107	-	2.863.167	2.863.167	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	3.023	-	40.486	37.805	2.681
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	233.055	-	20.399	20.399	-
Operações de crédito	1.663.822	1.564.511	99.311	1.680.748	1.454.628	226.120
Provisão para redução ao valor recuperável	(24.612)	(23.681)	(931)	(20.178)	(20.171)	(7)
Ativo imobilizado	31.258	-	31.258	34.694	-	34.694
Ativos intangíveis	31.289	-	31.289	24.024	-	24.024
Imposto de renda e contribuição social diferido	32.589	-	32.589	-	-	-
Outros ativos	752.060	498.874	253.186	328.315	112.824	215.491
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.695.560</b>	<b>9.110.142</b>	<b>2.585.418</b>	<b>7.591.484</b>	<b>6.758.001</b>	<b>833.483</b>
<b>Passivo</b>	<b>31 dez 2015</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>31 dez 2014</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	6.130.802	2.780.559	3.350.243	2.441.550	1.262.734	1.178.816
Instrumentos financeiros derivativos	2.914.298	972.208	1.942.090	595.600	100.480	495.120
Obrigações por empréstimos no exterior	3.216.504	1.808.351	1.408.153	1.845.950	1.162.254	683.696

Passivos financeiros ao custo amortizado	3.700.830	3.584.060	116.770	3.478.172	3.308.697	169.475
Depósitos de clientes	2.284.869	2.284.869	-	1.460.288	1.460.288	-
Depósitos de instituições financeiras	9	9	-	209	209	-
Captações no mercado aberto	31.015	31.015	-	238.530	238.530	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1.384.937	1.268.167	116.770	1.779.145	1.609.670	169.475
Provisão para passivos contingentes e fiscais	139.483	-	139.483	122.590	-	122.590
Tributos a recolher	151.831	-	151.831	50.419	-	50.419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	11.761	-	11.761
Outros passivos	258.612	258.612	-	282.645	282.645	-
<b>Total do passivo</b>	<b>10.381.558</b>	<b>6.623.231</b>	<b>3.758.327</b>	<b>6.387.137</b>	<b>4.854.076</b>	<b>1.533.061</b>

#### 4.4 Risco operacional

O Banco define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por um departamento independente da área de negócios - departamento Risk Management - Grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, o Banco vem aprimorando suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenhando na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e com os gerentes dos departamentos, em todos os níveis da organização que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado onde são contemplados os riscos inerentes aos processos.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas por outros departamentos, tais como: Riscos Legais; Gerenciamento de Contratos de Terceiros; Conformidade às Normas e Regulamentos; Combate à Lavagem de Dinheiro; Práticas Inadequadas a Clientes, Produtos e Serviços e Ativos Tangíveis.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o Banco vem identificando os eventos de perdas relativos aos riscos, padronizando as informações e formando uma base de dados de perdas operacionais, conforme determinação do acionista controlador (Matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e estabelecidos planos de ação, como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

#### 4.5 Gestão de capital

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê da Basileia, na forma implementada pelo Banco Central, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco está dividido em dois níveis:

- Patrimônio de referência nível I: capital social, ações em tesouraria, lucros acumulados, reservas criadas por apropriação de lucros acumulados, valor contábil do ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ativo diferido e ativo intangível multiplicado pelo fator F, disponibilizado pelo Banco Central (0,4).
- Patrimônio de referência nível II: instrumentos de dívida subordinados autorizados

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativos e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados.

O Risco Operacional foi calculado pelo método da Abordagem de Indicador Básico, cuja referência de exposição ao risco operacional corresponde a 15% para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Índice de Basileia:

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
<b>Capital de nível I</b>	<b>1.303.579</b>	<b>1.192.954</b>
Capital social	853.071	853.071
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucro	452.544	340.826
Ações em tesouraria	(4.054)	(3.907)
Ganhos/(Perdas) não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	517	(356)
Ativo Intangível	(3.599)	(1.759)
Ativo Diferido	(2)	(24)
<b>Capital de nível II</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>1.303.579</b>	<b>1.192.954</b>
Risco de Crédito	3.873.721	2.481.759
Risco de Mercado	1.646.502	1.026.849
Risco Operacional	355.880	286.485
<b>Ativos ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>5.876.103</b>	<b>3.795.093</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>22,18%</b>	<b>31,43%</b>

**5 Caixa, equivalentes de caixa e reserva em Banco Central**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
<b>Caixa</b>	<b>14.569</b>	<b>428.141</b>
Caixa em moeda nacional	159	185
Caixa em moeda estrangeira	14.410	427.956
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>4.898.050</b>	<b>2.888.580</b>
Operações compromissadas	4.664.995	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	5.014
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	20.399
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.912.619</u>	<u>3.316.721</u>
Reserva em Banco Central	57.049	74.815

**6 Ativos financeiros ao valor justo através do resultado**

**Títulos e valores mobiliários**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Títulos públicos federais		
Letras Financeiras do Tesouro	74.046	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.570
	<u>74.046</u>	<u>2.570</u>

**7 Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição, e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua.

O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

As principais curvas de taxas de juros são extraídas dos futuros e *swaps* negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.



As posições ativas e passivas em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

a)	Valor referencial		Valor justo	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Contratos de futuros</b>				
Instrumento de <i>hedge</i>	3.702.740	5.301.156	-	-
Não instrumento de <i>hedge</i>	21.110.365	9.820.157	-	-
<b>Contratos de swap</b>				
Instrumento de <i>hedge</i>	318.790	151.749	(67)	(68)
Não instrumento de <i>hedge</i>	14.044.982	6.674.751	(2.694.881)	(557.280)
Operações a termo	1.194.379	1.020.258	(26.870)	18.684
Total de ativos financeiros	<u>40.371.256</u>	<u>22.968.071</u>	<u>(2.721.818)</u>	<u>(538.664)</u>

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos:

b)	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de Swap	169.926	(2.864.875)	21.217	(578.565)
Operações a Termo	22.554	(49.423)	35.719	(17.035)
	<u>192.480</u>	<u>(2.914.298)</u>	<u>56.936</u>	<u>(595.600)</u>

## 8 **Hedge accounting**

O Banco possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge* de valor justo.

Os objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

Nossas estratégias de *hedge* visam proteger o Banco contra (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o Banco mensura a efetividade das estratégias de *hedge* prospectivamente (efetividade esperada), e retrospectivamente (efetividade observada desde o início da operação).

Teste prospectivo: Critical Terms (termos críticos) ou Regressão Linear

- Termos críticos: avaliação qualitativa utilizada se os termos do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* coincidirem exatamente. Se os valores nocionais, termos, datas, moedas do “Valor Justo” coincidirem, então a estratégia de *hedge* será perfeitamente efetiva;
- Regressão linear: técnica estatística que utiliza informações históricas para prever o valor de uma variável (objeto de *hedge*) e o impacto na outra variável (instrumento de *hedge*). Se a relação for

alta e negativamente correlacionada, a estratégia de hedge pode ser considerada altamente efetiva.

- Teste retrospectivo: Dollar Offset (análise de rateio)

O teste retrospectivo é realizado a cada data de fechamento contábil. Para não haver a descaracterização do hedge, as variações no valor justo do instrumento de hedge comparadas às variações no valor justo do objeto de hedge devem resultar em uma proporção entre 80% e 125%, acumulada desde o início do hedge.

### Hedge de valor justo

Instrumento/operação	2015		2014	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de <i>hedge</i> de valor justo	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de <i>hedge</i> de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	2.856.997	(911.315)	1.761.567	(1.242.269)
Valor justo do objeto de hedge	(3.172.843)	911.423	(1.827.638)	1.503.313
Valor MtM 1º dia diferido	(43.661)	-	(18.312)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de <i>hedge</i>	416.542	(64.604)	122.863	(52.489)
Ganho (perda) referente ao objeto de <i>hedge</i>	(416.694)	64.593	(134.007)	52.382

As estratégias de hedge apresentaram a taxa de efetividade entre 100 e 94,32 em 31/Dez/2015 ( 100 e 99,10 em 31/Dez/2014).

## 9 Ativos financeiros disponíveis para venda

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo
<b>Títulos públicos federais</b>						
Letra Financeira do Tesouro	1.792.223	1.792.148	(75)	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional						
Objeto de hedge (*)	915.024	911.423	(3.601)	1.507.932	1.503.313	(4.619)
Não objeto de hedge	392.463	392.128	(335)	544.556	544.042	(514)
Nota do Tesouro Nacional	13.103	12.835	(268)	10.090	10.012	(78)
<b>Títulos privados</b>						
Debêntures	283.675	285.058	1.383	-	-	-
Nota promissória	166.996	167.232	236	-	-	-
	<u>3.563.484</u>	<u>3.560.824</u>	<u>(2.660)</u>	<u>2.062.578</u>	<u>2.057.367</u>	<u>(5.211)</u>

O ajuste a valor justo de títulos disponíveis para a venda é contabilizado em “Ajustes de avaliação patrimonial” líquidos de efeito fiscal (45%). O ajuste no exercício foi de R\$ 873 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ (232) em 31 de dezembro de 2014).

(\*) O ajuste a valor justo das Letras do Tesouro Nacional que são objeto de hedge está contabilizado em “Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros” no resultado do exercício. Vide Nota 25 (b).

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública (vide Nota 12).

## 10 Operações de crédito

(i) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por tipo e vencimento:

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Adiantamento a depositante	5	-
Capital de giro	467.006	469.804
Conta garantida	29.305	64.589
Repasses de captação externa	7.599	19.285
Financiamentos BNDES/FINAME	111.456	192.762
Financiamento à importação	-	2.250
Financiamento rural e agroindustriais	50.693	20.324
Financiamento à exportação	173.004	119.043
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	<u>824.754</u>	<u>792.691</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.663.822</u>	<u>1.680.748</u>
Por vencimento		
Vencido a mais de 180 dias	19.996	-
Vencido até 15 dias	1.481	
A vencer 1 a 90 dias	827.373	627.882
A vencer 91 a 180 dias	485.657	241.414
A vencer 181 a 365 dias	229.302	585.428
A vencer acima de 365 dias	<u>100.013</u>	<u>226.024</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.663.822</u>	<u>1.680.748</u>
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>(24.612)</u>	<u>(20.178)</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.639.210</u>	<u>1.660.570</u>

(ii) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por setor de atividade econômica dos tomadores de crédito:

<u>Setor de atividade</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Comércio	576.215	393.490
Químico e Petroquímico	268.981	185.509
Siderurgia e Metalurgia	202.020	169.031
Automotivo	145.937	161.017

Serviços Privados	129.609	5.735
Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	113.634	81.882
Máquinas e Equipamentos	87.598	191.574
Papel e celulose	65.059	117.359
Agropecuária	19.996	22.091
Alimentos e bebidas	17.231	242.899
Têxtil e Confecções	15.118	16.660
Outros	11.189	10.834
Eletroeletrônicos	10.653	61.253
Transportes	582	21.393
Pessoa Física	-	21
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.663.822</u>	<u>1.680.748</u>

#### **11 Provisão para redução ao valor recuperável sobre Operações de Crédito**

O Banco avalia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos (conforme descrito na Nota 2.8).

O Banco não possui evidências de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros individualmente significativos em 31 de dezembro 2015 e 31 de dezembro 2014.

Com relação aos clientes não individualmente significativos, o saldo da provisão é de R\$ 24.612 mil em 31 de dezembro 2015 (R\$ 20.178 mil em 31 de dezembro 2014), o qual engloba o valor de R\$ 19.996 com evento de perda (provisão de 100%).

As variações na provisão para redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Operações de crédito" são as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		
Saldo inicial em 1º de janeiro	(20.178)	(5.381)
Constituição	(8.212)	(15.270)
Reversão	3.778	473
Saldo final em 31 de dezembro	<u>(24.612)</u>	<u>(20.178)</u>

#### **12 Ativos dados em garantia**

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordados com outros bancos ou clientes ("Aplicações em operações compromissadas"), títulos vinculados a recompra e para os depósitos de margem de garantia das operações do Banco na BM&FBOVESPA correspondem a:

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Aplicações em operações compromissadas	-	239.140
Títulos vinculados a recompra	31.077	-
Margem para operações de BM&F		
Letras do Tesouro Nacional	1.269.129	1.445.591
Letras Financeiras do Tesouro	1.470.819	-
Notas do Tesouro Nacional	10.001	-
	<u>2.781.026</u>	<u>1.684.731</u>

**13 Outros ativos**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Negociação e intermediação de valores	330.960	34.798
Depósitos judiciais	204.544	187.327
Carteira de câmbio	162.812	73.889
Impostos e contribuições a compensar (Nota 32b)	46.930	27.490
Despesas antecipadas	5.049	3.149
Rendas a receber	954	1.122
Relações interfinanceiras	490	355
Outros ativos	321	185
	<u>752.060</u>	<u>328.315</u>

**14 Ativo imobilizado**

	<b>Edificações</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Máquinas e equipamentos de uso</b>	<b>Sistema de processamento de dados</b>	<b>Sistema de transporte</b>	<b>Sistema de segurança</b>	<b>Sistema de comunicação</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2013								
Custo de aquisição	28.265	1.416	6.941	6.694	1.075	2.938	1.297	48.626
Depreciação acumulada	(10.518)	-	(1.345)	(3.817)	(588)	(406)	(596)	(17.270)
Valor contábil líquido	<u>17.747</u>	<u>1.416</u>	<u>5.596</u>	<u>2.877</u>	<u>487</u>	<u>2.532</u>	<u>701</u>	<u>31.356</u>
Adições	1.724	-	499	6.071	-	345	23	8.662
Baixas	(8)	-	(76)	(731)	-	(1)	(81)	(897)
Depreciação no exercício	(2.577)	-	(652)	(1.262)	(179)	(307)	(246)	(5.223)
Baixa da depreciação	-	-	75	644	-	2	75	796
Em 31 de dezembro de 2014	<u>16.886</u>	<u>1.416</u>	<u>5.442</u>	<u>7.599</u>	<u>308</u>	<u>2.571</u>	<u>472</u>	<u>34.694</u>
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo de aquisição	29.981	1.416	7.364	12.034	1.075	3.282	1.239	56.391
Depreciação acumulada	(13.095)	-	(1.922)	(4.435)	(767)	(711)	(767)	(21.697)
Valor contábil líquido	<u>16.886</u>	<u>1.416</u>	<u>5.442</u>	<u>7.599</u>	<u>308</u>	<u>2.571</u>	<u>472</u>	<u>34.694</u>
Adições	773	-	20	1.429	-	-	8	2.230
Baixas	-	-	-	(33)	(204)	-	-	(237)
Depreciação no exercício	(2.605)	-	(672)	(1.642)	(133)	(318)	(239)	(5.609)
Baixa da depreciação	-	-	-	30	150	-	-	180
Em 31 de dezembro de 2015	<u>15.054</u>	<u>1.416</u>	<u>4.790</u>	<u>7.383</u>	<u>121</u>	<u>2.253</u>	<u>241</u>	<u>31.258</u>
Em 31 de dezembro de 2015								
Custo de aquisição	30.754	1.416	7.384	13.430	871	3.282	1.247	58.226
Depreciação acumulada	(15.700)	-	(2.594)	(6.047)	(750)	(1.029)	(1.006)	(26.968)
Valor contábil líquido	<u>15.054</u>	<u>1.416</u>	<u>4.790</u>	<u>7.383</u>	<u>121</u>	<u>2.253</u>	<u>241</u>	<u>31.258</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo imobilizado em nenhum dos exercícios apresentados.

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

## 15 Ativos intangíveis

	<b>Gastos com aquisições e desenvolvimento de sistemas</b>	<b>Ativos intangíveis em desenvolvimento</b>	<b>Direitos de uso</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo de aquisição	24.641	14.672	18	39.331
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(15.511)	-	(18)	(15.529)
	<u>9.130</u>	<u>14.672</u>	<u>-</u>	<u>23.802</u>
Adições	9.114	12.247	-	21.361
Baixas	-	(17.287)	-	(17.287)
Amortização no exercício	(3.852)	-	-	(3.852)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>14.392</u>	<u>9.632</u>	<u>-</u>	<u>24.024</u>
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo de aquisição	33.755	9.632	18	43.405
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(19.363)	-	(18)	(19.381)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>14.392</u>	<u>9.632</u>	<u>-</u>	<u>24.024</u>
Adições	2.532	15.408	-	17.940
Baixas	(73)	(5.343)	-	(5.416)
Amortização no exercício	(5.259)	-	-	(5.239)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>11.592</u>	<u>19.697</u>	<u>-</u>	<u>31.289</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	36.214	19.696	18	55.929
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(24.622)	-	(18)	(24.640)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>11.592</u>	<u>19.696</u>	<u>-</u>	<u>31.289</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo intangível em nenhum dos exercícios apresentados.

O valor de Ativo intangíveis em desenvolvimento refere-se de desenvolvimento se novos sistemas.

## 16 Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Estão classificados nesta categoria Instrumentos financeiros derivativos (vide Nota 7) e Obrigações por empréstimos que o Banco designou como objeto de hedge (vide Nota 8).

**17 Passivos financeiros ao custo amortizado**

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Depósitos de clientes		
Depósitos à vista	141.495	143.539
Depósitos a prazo	2.110.173	1.316.749
Letras Financeiras	33.201	-
Depósitos de instituições financeiras		
Depósitos à vista	9	209
Captações no mercado aberto	31.015	238.530
Empréstimos no exterior	1.044.070	1.377.474
Repasses no País	161.463	212.600
Repasses no exterior	179.404	189.071
	<u>3.700.830</u>	<u>3.478.172</u>

Os depósitos a prazo referem-se a certificados de depósito bancário com vencimento até maio de 2020.

As obrigações por empréstimo e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira com a Matriz e terceiros (HSBC New York ) para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até junho de 2017, e para repasses a clientes locais na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até junho de 2018 e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de *spread*.

**18 Valor justo de ativos e passivos financeiros**

**(a) Instrumentos financeiros ao valor justo**

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados em dados de mercado observáveis, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e ANBIMA.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, são utilizados inputs significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados valor justo através do resultado classificados pelos níveis hierárquicos:

Todos os ativos e passivos financeiros foram mensurados através do Nível 2.



	<b>Nível 2</b>	
	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Títulos e valores mobiliários	74.046	2.570
Instrumentos financeiros derivativos	192.480	56.936
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	<u>3.560.824</u>	<u>2.057.367</u>
Total	<u><u>3.827.350</u></u>	<u><u>2.116.873</u></u>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	2.914.298	595.600
Obrigações por empréstimos no exterior	<u>3.216.504</u>	<u>1.845.950</u>
Total	<u><u>6.130.802</u></u>	<u><u>2.441.550</u></u>

Durante os períodos apresentados não houve transferências entre níveis da hierarquia do valor justo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros são calculados mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

**(b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo**

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são reconhecidos no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Empréstimos e recebíveis				
Aplicações em operações compromissadas	5.074.107	2.863.167	5.074.118	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	40.486	3.019	40.580
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	20.399	233.038	20.397
Operações de crédito	<u>1.663.822</u>	<u>1.680.748</u>	<u>1.734.900</u>	<u>1.716.194</u>
Total de ativos financeiros	<u><u>6.974.007</u></u>	<u><u>4.604.800</u></u>	<u><u>7.045.075</u></u>	<u><u>4.640.338</u></u>
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos à vista	141.504	143.748	141.504	143.748
Depósitos a prazo	2.110.173	1.316.749	2.103.342	1.315.405
Letras financeiras	33.201	-	33.544	-
Captações no mercado aberto	31.015	238.530	31.015	238.530
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>1.384.937</u>	<u>1.779.145</u>	<u>1.367.249</u>	<u>1.756.613</u>
Total de passivos financeiros	<u><u>3.700.830</u></u>	<u><u>3.478.172</u></u>	<u><u>3.676.654</u></u>	<u><u>3.454.296</u></u>

**19 Provisão para passivos contingentes e fiscais**

As provisões para passivos contingentes (trabalhistas e cíveis) e riscos fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Provisão para passivos contingentes e fiscais", quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros ativos".

**(a) Provisão de riscos fiscais e passivos contingentes**
**Provisão de Riscos Fiscais**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Provisão para Riscos Fiscais	<u>107.915</u>	<u>98.698</u>
	<u>107.915</u>	<u>98.698</u>

**Provisão de passivos contingentes**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Contingências trabalhistas	<u>7.968</u>	<u>5.307</u>
Contingências cíveis	<u>18.440</u>	<u>13.249</u>
Contingências previdenciárias	<u>5.160</u>	<u>5.336</u>
	<u>31.568</u>	<u>23.892</u>
Total de Provisão de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	<u><u>139.483</u></u>	<u><u>122.590</u></u>

**(b) Movimentação das provisões**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
<b>Provisão para Riscos fiscais</b>		
Saldo inicial	98.698	86.928
Adição	15.211	11.770
Utilização/Reversão	<u>(5.994)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u><u>107.915</u></u>	<u><u>98.698</u></u>

A provisão para riscos fiscais refere-se, principalmente, à (i) obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores e (ii) obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
<b><u>Contingências trabalhistas</u></b>		
Saldo inicial	5.307	7.088
Adição	6.702	469
Utilização/Reversão	(4.041)	(2.250)
Saldo final	<u>7.968</u>	<u>5.307</u>
<b><u>Contingências cíveis</u></b>		
Saldo inicial	13.249	11.374
Adição	5.213	1.878
Utilização/Reversão	(22)	(3)
Saldo final	<u>18.440</u>	<u>13.249</u>
<b><u>Contingências previdenciárias</u></b>		
Saldo inicial	5.336	-
Adição	-	5.336
Utilização/Reversão	(176)	-
Saldo final	<u>5.160</u>	<u>5.336</u>

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 37.280 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 14.733 em 31 de dezembro de 2014) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que sua contabilização não é requerida.

## **20 Tributos a recolher e outros passivos**

### **(a) Tributos a recolher**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Imposto de renda e contribuição social	136.359	45.799
PIS e COFINS	6.345	359
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5.237	291
Impostos e contribuições sobre salários	2.907	3.151
Outros	983	819
	<u>151.831</u>	<u>50.419</u>

**(b) Outros passivos**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Carteira de câmbio	92.827	81.425
Relações interdependências	89.271	28.640
Negociação e intermediação de valores	24.380	140.932
Despesa de Pessoal	24.152	19.446
Despesa de Prestação de serviço de importação	16.722	5.567
Sociais e estatutárias	4.785	975
Outros	4.272	3.565
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.165	1.409
Comissões sobre avais e fianças	1.037	684
Relações interfinanceiras	<u>1</u>	<u>1</u>
	<b><u>258.612</u></b>	<b><u>282.645</u></b>

**21 Compromissos de crédito (*off balance*)**

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Cartas de crédito	561	990
Avais e fianças	709.656	372.180
	<b><u>710.217</u></b>	<b><u>373.170</u></b>

**22 Patrimônio líquido**

**Movimentação das quantidades de ações**

	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações em tesouraria</b>	<b>Total</b>
Quantidades em 31 de janeiro de 2013	4.332.059.510	24.175.383	4.356.234.893
Emissão de ações			
Compra de ações	<u>(490.459)</u>	<u>490.459</u>	<u>-</u>
Quantidades em 31 de dezembro de 2014	4.331.569.051	24.665.842	4.356.234.893
Emissão de ações			
Compra de ações	<u>(48.550)</u>	<u>48.550</u>	<u>-</u>
Quantidades em 31 de dezembro de 2015	<b><u>4.331.520.501</u></b>	<b><u>24.714.392</u></b>	<b><u>4.356.234.893</u></b>

**(a) Capital social**

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 6.712 (2014 - R\$ 2.195).

**(b) Reservas estatutárias**

**(i) Reserva de capital**

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria, estabelecidas de acordo com a Lei das S.A.

**(ii) Reserva de lucros**

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária ( Lei das S.A.), podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

**(c) Ajuste de avaliação patrimonial**

Esta rubrica engloba o ajuste a valor justo líquido de impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda.

**23 Receitas de juros e similares**

Receitas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens que compõe as receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	16.080	2.392
Ativos financeiros disponíveis para venda	311.893	131.641
Empréstimos e recebíveis		
Aplicações em operações compromissadas	563.437	244.825
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.740	3.093
Aplicações em moedas estrangeiras	76	26
Operações de crédito	159.276	96.273
Outros	<u>3.272</u>	<u>274</u>
	<u>1.058.774</u>	<u>478.524</u>

**24 Despesas de juros e similares**

Despesas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens que compõe as despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	179.343	156.507
Captações no mercado aberto	43.864	17.791
Obrigações por empréstimos e repasses	69.579	234.848
Depósito Interfinanceiro	1.184	-
Fundo Garantidor de Crédito	<u>2.494</u>	<u>2.438</u>
	<u>296.464</u>	<u>411.584</u>
<b>25 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros</b>		
<b>(a) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado</b>		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ajuste a valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	625.605	149.464
Títulos e valores mobiliários	26	(65)
Obrigações por empréstimos e repasses objetos de <i>hedge</i>	(11.369)	3.385
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	<u>769</u>	<u>33</u>
	<u>615.031</u>	<u>152.817</u>
<b>(b) Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários objetos de <i>hedge</i>	7.768	5.205
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	<u>(2.641)</u>	<u>(4.680)</u>
	<u>5.127</u>	<u>525</u>
<b>26 Ganhos (perdas) cambiais, líquidos</b>		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações no Exterior	26.554	2.577
Câmbio	473.717	9.233
Empréstimos	5.177	7.565
Financ. Exportação	(3.898)	(3.218)
Financ. Importação	183	(784)
Obrigações e repasses	<u>(1.460.885)</u>	<u>4.485</u>
	<u>(959.152)</u>	<u>19.858</u>
<b>27 Receita líquida de comissões e prestação de serviços</b>		

A rubrica "Receita líquida de comissões e prestação de serviços" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de comissões e prestação de serviços	20.804	31.748
Taxa de administração	394	1.148
Rendas de outros serviços	702	322
Garantias prestadas	3.129	2.169
Tarifas bancárias	1.222	926
Cobrança	230	189
Outros	26	49
Total das receitas de comissões e prestação de serviços	<u>26.507</u>	<u>36.551</u>

## 28 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recuperação de encargos e despesas	1.141	885
Atualização de depósitos judiciais	15.349	6.885
Resultado na alienação de valores e bens	(434)	(31)
Resultado na alienação de investimentos	31	-
Despesas tributárias	(37.911)	(10.530)
Contingências	(28.444)	(12.588)
Diversos	(204)	26
	<u>(50.472)</u>	<u>(15.353)</u>

## 29 Despesas de pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	69.147	59.442
Encargos sociais	29.135	26.727
Honorários	9.971	8.064
Benefícios	9.062	7.897
Treinamentos	1.158	397
	<u>118.473</u>	<u>102.527</u>

## 30 Depreciação e amortização

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depreciação de ativo imobilizado	5.429	5.183
Amortização de ativos intangíveis	5.259	3.970
	<u>10.688</u>	<u>9.153</u>

## 31 Outras despesas administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Água, energia e gás	809	491
Aluguéis de contratos de arrendamentos operacionais	2.807	2.882
Comunicações	2.169	1.856
Contribuições filantrópicas	284	328
Manutenção e conservação de bens	1.671	1.702
Material	220	195
Processamento de dados	8.706	8.107
Promoções e relações públicas	676	518

Propaganda e publicidade	23	87
Publicações	166	143
Seguros	82	100
Serviços do sistema financeiro	8.825	6.975
Serviços de terceiros	2.130	1.881
Vigilância e segurança	1.878	1.838
Serviços técnicos especializados	22.403	18.118
Transportes	147	148
Viagens	2.969	3.183
Outras despesas administrativas	3.241	2.581
	<u>59.206</u>	<u>51.133</u>

### 32 Imposto de renda e contribuição social

- (a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	206.550	83.730
<b>(Inclusões) Exclusões</b>	<b>(121.624)</b>	<b>(30.648)</b>
Provisão Conting. Fiscais e Cíveis	(16.991)	(11.868)
Provisão Operação de Crédito	(4.434)	(14.797)
Provisão para Bonus e PLR a pagar	(6.451)	(4.865)
Provisão para Pagto. Desp. Adm	(12.101)	(6.190)
Atualização depósito judicial	15.349	6.885
Ajuste MtM Derivativos	(84.490)	3.562
Outras	(12.506)	(3.375)
<b>Base de Cálculo para Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>328.174</b>	<b>114.377</b>
<b>IRPJ e CSLL Correntes do período</b>	(137.399)	(45.632)
<b>Imposto diferido IRPJ e CSLL</b>	46.012	5.557
<b>Ajuste de exercícios anteriores</b>	-	264
	<u><b>(91.387)</b></u>	<u><b>(39.811)</b></u>

- (b) Composição do imposto de renda e contribuição a compensar:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IRPJ	26.555	15.251
CSLL	15.061	6.924
PIS	4.993	4.993
Dividendos - IR	248	248
Outros	73	74
	<u>46.930</u>	<u>27.490</u>



- (c) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias:

	<b>31/12/2014</b>	<b>Realização/ Reversão</b>	<b>Constituição</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Impacto no Resultado</b>				
Créditos de Liquidação Duvidosa	8.071	-	3.004	11.075
Provisão de bônus	4.685	(4.685)	-	-
Provisão de PLR	638	-	5.478	6.116
Pagamentos a Efetuar	2.750	-	5.181	7.931
Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais / Cíveis	12.914	-	4.662	17.536
- Ações Trabalhistas	2.123	-	1.462	3.585
Atualização Deposito Judicial	(28.334)	-	(6.140)	(28.334)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(16.979)	-	35.899	18.920
<b>Impacto no Patrimonio Liquido</b>				
Previda	2.134	-	188	2.322
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	237	(659)	-	(422)
<b>Total</b>	<b>(11.761)</b>	<b>(5.344)</b>	<b>49.694</b>	<b>32.589</b>

	<b>31/12/2013</b>	<b>Realização / Reversão</b>	<b>Constituição</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Impacto no Resultado</b>				
Créditos de Liquidação Duvidosa	2.153	-	5.918	8.071
Provisão de bônus	3.377	-	1.308	4.685
Provisão de PLR	-	-	638	638
Pagamentos a Efetuar	-	-	2.750	2.750
Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais / Cíveis	12.914	-	-	12.914
- Ações Trabalhistas	2.835	(712)	-	2.123
Atualização Deposito Judicial	(25.580)	-	(2.754)	(28.334)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.554)	-	(1.425)	(16.979)
<b>Impacto no Patrimonio Liquido</b>				
Previda	-	-	2.134	2.134
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	81	-	156	237
<b>Total</b>	<b>(19.774)</b>	<b>(712)</b>	<b>8.725</b>	<b>(11.761)</b>

- (d) Projeção de realização dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

2015			2014		
Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)	Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)
2015	-	-	2015	18.308	16.040
2016	42.914	37.598	2016	1.931	1.482
2017	2.710	2.080	2017	1.931	1.299
2018	1.051	707	2018	1.929	1.137
2019	3.545	2.088	2019	1.929	996
2020	3.544	1.829	2020	1.505	681
2021	2.771	1.253	2021	1.505	596
2022	2.737	1.085	2022	1.505	522
2023	2.737	950	2023	1.505	458
2024	2.738	833	2024	1.505	401
2025	2.738	730	2025	-	-
	<b>67.485</b>	<b>49.153</b>		<b>33.553</b>	<b>23.612</b>

Até o mês de agosto/2015 a alíquota utilizada foi de 40% . A partir deste mês, conforme a Lei nº 13.169/15, a alíquota foi alterada para 45%, retornando à alíquota anterior a partir de Janeiro/19.

### 33 Partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo a Matriz e dependências, controladores e acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As empresas relacionadas com as quais o Banco possui transações estão demonstradas a seguir:

	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	13.784	30.421	426.793	(41.633)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	1.160	-	48	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - London	4.474	-	7.795	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	7.856	-	418.749	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Hong Kong	205	-	132	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Mexico	89	-	69	-
Variação cambial		30.421	-	(41.633)
Aplicações em moedas estrangeiras	233.055	19.621	20.399	2.805
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	233.055	19.621	20.399	2.805
Juros	-	76	-	26
Variação cambial	-	19.545	-	2.779
Depósito à vista	(3.963)	-	(3.692)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	(3.963)	-	(3.692)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(4.048.154)	(1.441.368)	(3.412.496)	(239.820)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	(4.048.154)	(1.441.368)	(3.412.496)	(239.820)
Juros	-	(31.531)	-	(146)

Variação cambial	-	(1.409.837)	-	(239.674)
Dividendos a pagar	(4.752)	-	(961)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	(4.752)	-	(961)	-
Operações de <i>swap</i>	2.229	(20.026)	4.185	(9.544)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	2.229	(20.026)	4.185	(9544)
- rendas de operações com derivativos	-	11.749	-	15.472
- despesas de operações com derivativos	-	(31.531)	-	(25.017)
Outras Obrigações - Prestação de serviços (*)	(16.097)	3.951	(5.168)	19.926
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	(16.093)	4.403	(5.168)	19.380
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Leasing and Finance	-	595	-	397
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	-	595	-	(55)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - London	(4)	(47)	-	204
(*) Recebimentos e pagamentos				

**(a) Remuneração de pessoas-chave da administração**

Em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 18.366 a serem distribuídos entre os diretores.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração fixa	5.994	5.150
Remuneração variável	<u>3.976</u>	<u>2.914</u>
	<u>9.970</u>	<u>8.064</u>

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

**(b) Outras informações**

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- . diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- . pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- . pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau;
- . acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais e semelhantes.

### 34 Obrigações de benefícios de aposentadoria

#### Benefícios de planos de pensão

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, plano de benefícios Previdade de benefício definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

O Banco é patrocinador do Fitprev, um plano de previdência complementar, de contribuição definida, para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previdade.

A tabela abaixo demonstra onde estão registrados os montantes referentes aos benefícios de planos de pensão:

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Valor presente das obrigações financiadas	61.179	72.780
Valor justo dos ativos do plano	<u>56.019</u>	<u>67.444</u>
	5.160	5.336
Valor presente das obrigações não financiadas	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo no balanço patrimonial	<u><u>5.160</u></u>	<u><u>5.336</u></u>

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

#### (i) Premissas atuarias

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Percentual 31 de dezembro de 2014</b>
Taxa de desconto	13,10% a.a.	10,77% a.a.
Taxa de inflação	5,5% a.a.	4,5% a.a.
Taxa de aumentos salariais futuros	Não aplicável	6,59% a.a.
Reajuste de benefícios do Plano	5,5%a.a.	4,5%a.a.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território.

A expectativa média de vida utilizada para determinação das obrigações atuariais é demonstrada na tabela a seguir:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Participante aos 65 anos de idade		
- Masculino	19,95	18,63
- Feminino	22,52	21,98
Participante aos 40 anos de idade (expectativa aos 65 anos)		
- Masculino	19,95	18,63
- Feminino	22,52	21,98

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

**Impacto na obrigação de benefício definido**

	<u>Mudança na premissa</u>	<u>Aumento na premissa</u>	<u>Redução na premissa</u>
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 3,7%	Aumento de 3,7%
Taxa de aumentos salariais futuros	0,50%	Aumento de 0,0%	Redução de 0,0%
Reajuste de benefícios do Plano	0,50%	Aumento de 4,0%	Redução de 4,0%
		<u>Aumento em 1 ano na premissa</u>	<u>Redução em 1 ano na premissa</u>
Expectativa de vida		Aumento de 2,1%	Redução de 2,1%

**35 Conciliação entre BR GAAP e IFRS**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado.

**(a) Taxa de conversão**

Para fins de BR GAAP, as operações ativas e passivas em moeda norte-americana são convertidas na data de fechamento pela taxa “Ptax” definida pelo Banco Central. A Ptax é uma taxa média de cotação, apurada com base nas operações realizadas no mercado.

Para fins de IFRS, no final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira foram convertidos utilizando-se a taxa de fechamento.

**(b) Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito**

Em BR GAAP, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, o qual considera determinados parâmetros regulamentares .

Para fins de IFRS, a provisão para redução ao valor recuperável foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação, conforme descrito nas Notas 2.9 e 4.1.1. subitem (b).

**(c) Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros**

Em BR GAAP, as garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas pela emissão dessas garantias são reconhecidas no resultado ao longo do período de vigência da garantia prestada. Adicionalmente, para fins de BR GAAP o Banco reconhece, quando aplicável, provisão com base em modelos internos de avaliação, para todas as garantias financeiras prestadas, de acordo com a probabilidade do fluxo de saída de recursos.

Para fins de IFRS, conforme a IAS 39, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, o Banco mensurou estas operações pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido como “rendas a apropriar” e, quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18 ou (ii) o valor estimado do gasto exigido para liquidar a garantia apenas para os casos em que o Banco entende ser provável o fluxo de saída de recursos, de acordo com a IAS 37.

**(d) Plano de Benefício Definido**

Para fins de BR GAAP, em 31 de dezembro de 2015 o Banco reconheceu um passivo atuarial decorrente do plano de benefício definido o qual é patrocinador, no montante de R\$ 5.160 (R\$5.336 em 2014) , em contrapartida ao resultado do exercício.

Segundo o IFRS, os ganhos (perdas) atuarias decorrentes do plano de benefício definido devem ser reconhecidos em conta de Ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos fiscais, diretamente no patrimônio líquido.

**(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

Os impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias, segundo o BR GAAP, podem ser reconhecidos, mediante certas condições previstas na regulamentação, como a realização provável dos mesmos em até 10 anos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

As demais mudanças no imposto de renda e contribuições sociais diferidos representam os efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados de BR GAAP para o IFRS descritos anteriormente.

\* \* \*

Contador: Antonio A Hagihara

CRC: 1SP187521/O-5